Carlos Eduardo Oliveira Dias
Guilherme Guimarães Feliciano
José Antônio Ribeiro de Oliveira Silva
Manoel Carlos Toledo Filho

COMENTÁRIOS À LEI DA REFORMA TRABALHISTA

Dogmática, visão crítica e interpretação constitucional

2ª EDIÇÃO

- Artigo por artigo -
- Referências à MP n. 808/2017 (eficácia/interpretação/caducidade) -
- Enunciados da 2ª Jornada de Direito Material e Processual da Anamatra -
- Enunciados do Simpósio da Escola Judicial do TRT-15 -
- Relatório da OIT para a Conferência Internacional do Trabalho de 2018 -
- Quadro sinótico comparativo (CLT/LRT/MP) -
- Atualizada com as decisões do STF até agosto de 2018 -
- Instrução Normativa TST n. 41/2018 -
- Portaria MTb n. 349/2018 -
- Recomendação 03/2018 da CGJT -

PREFÁCIO
Mario Garmendia Arigón

LTr®

Resumo de Comentários à Lei da Reforma Trabalhista

"A reforma Trabalhista trouxe à sociedade brasileira tudo, menos o que mais prometera: segurança jurídica. Tramitando por nada mais que quatro meses, foi aprovada com o exato texto constante no primeiro relatório, ainda na Câmara dos Deputados, que partira de um projeto que alterava sete artigos da CLT e alterava nada menos que cento e dezessete.

A promessa de que as inconstitucionalidades e os excessos seriam objeto de correções por meio de vetos e medida provisória foram baldadas: os vetos não vieram e a MP n.

808/2017, editada quatro dias após a Lei n. 13.467/2017 entrar em vigor, caminhou para a caducidade. No Supremo Tribunal Federal, até o final do primeiro semestre de 2018, foram quase trinta ações diretas de inconstitucionalidade, questionando os mais diversos temas: terceirização de atividade-fim, cobrança de honorários advocatícios e periciais em regime de assistência judiciária gratuita, contrato de trabalho intermitente, tarifação das indenizações por danos extrapatrimoniais, correção monetária dos depósitos recursais, facultatividade das contribuições sindicais etc.

Eis o quadro atual da Reforma. Onde, afinal, há segurança jurídica? Para compreender criticamente essas e outras questões – e, acima de tudo, para oferecer ao leitor soluções objetivas, razoáveis e constitucionalmente orientadas (sem, contudo, perder de vista a necessária profundidade) –, os autores destes ""Comentários"", todos juízes do Trabalho na 15ª Região e professores de graduação e pós-graduação, oferecem ao público universitário, concursando e profissional a presente obra, de fácil consulta e amplas reflexões.

Afinal, ""legem habemus"" – e interpretar é preciso. Venha conosco. ".

Acesse aqui a versão completa deste livro